

DA RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E REALIDADE: APORIAS SOBRE O INDIZÍVEL¹

Hugo Mari

Resumo

Neste artigo, pretende-se discutir e refutar alguns aspectos da questão do indizível, associados a uma suposta incapacidade da linguagem de recortar certos fatos da realidade. Questiona-se, de início, sobre o reconhecimento de fatos, pertencentes a uma dada realidade, para os quais não existam predicções possíveis. Discute-se a questão a partir de considerações sobre as línguas como um sistema formal, com poder gerativo infinito; na seqüência, confronta-se o problema com dimensões pragmáticas da linguagem, destacando-se a sua função designativa; finalmente, a questão é contrastada com os recursos de expressabilidade que uma língua natural coloca à disposição dos seus usuários. O texto conclui pela impossibilidade de reconhecimento de qualquer fato associado ao indizível como uma verdade necessária, senão como uma contingência, temporalmente circunscrita.

Résumé

Dans cet article, on veut discuter et réfuter quelques aspects de la question de l'indicible, associés à une incapacité supposée du langage de découper

certains faits de la réalité. On met en question, dès le début, la reconnaissance de faits appartenants à une réalité donnée, pour lesquels n'existent pas de prédications possibles. On discute la question à partir des considérations sur les langues comme un système formel, avec du pouvoir génératif infini; dans la séquence, on confronte le problème avec des dimensions pragmatiques du langage emphasissant sa fonction dénotative; finalement, la question est mise en contraste avec les ressources d'expression qu'une langue naturelle met à la disposition des ses utilisateurs. On conclut par l'impossibilité de reconnaissance de n'importe quel fait associé à l'indicible comme une vérité nécessaire et même comme une contingence, temporellement circonscrite.

1. Histórico

Quando nos propomos discutir as implicações envolvidas na relação entre *Linguagem e Realidade*, corremos dois riscos: primeiro, pelo teor genérico da questão, o de apenas reproduzir velhos chavões, como, por exemplo, a decisão sobre qual das categorias é determinante na relação, os quais dominaram largamente essa reflexão; segundo, o de conduzir a reflexão para aporias, onde a relação determinante se torna circular, ou para reducionismos, onde destacamos uma das categorias e deixamos que a outra se transforme num recurso de ilustração. Ao longo desta discussão, estarei recuperando alguns aspectos que podem ser relevantes no encaminhamento e na compreensão de problemas situados no âmbito desta segunda dimensão.

Gostaria, inicialmente, de colocar quatro formulações que ilustram, em graus diferentes, uma forma primária de compreender a relação entre *Linguagem e Realidade*, isto é, a proporção, nas nossas práticas comunicativas, em que repartimos o universo entre signos e objetos. Reporto-me, de modo sumário, a quatro abordagens onde a relação entre estes elementos se acha distribuída em graus diferentes. Refiro-me a uma "proposta" de Swift, em *Viagens de Gulliver*, ao conceito de *linguagem primitiva*, de Wittgenstein, a aspectos da *Teoria dos Atos de Fala*, de Austin e Searle, e à *Teoria do Signo*, de Saussure, todas aqui mencionadas apenas como ilustrativas das dificuldades da questão em análise.

Em relação à "proposta" de Swift, em *Viagens de Gulliver*², o autor situa o seu personagem frente a uma das "discussões" na Academia: os sábios refletiam as dificuldades, as incompreensões provocadas pelo uso das palavras, quase sempre vagas, dúbias ou enganadoras. Depois de arrolar as inconveniências e as impropriedades das palavras, eles concluem que o mais adequado, então, é a eliminação das *palavras* em favor da manutenção das *coisas*, já que, na comunicação entre os homens, a função designativa poderia ser executada sem intermediação de *palavras*, mas apenas por um recurso mostrativo das *coisas*. Dessa brincadeira de Swift, deduzimos que as dificuldades entre *Linguagem e Realidade* (*palavra e coisa*, na expressão do autor) poderiam ser resolvidas com uma hipótese de supressão das *palavras* em benefício das *coisas*. Assim, a região onde projetamos as duas categorias em conflito seria recoberta apenas por *coisas* e teríamos uma forma muito primitiva de interação entre os homens, representada por uma *linguagem de coisas*.

Em *Investigações Filosóficas*³, Wittgenstein discute o funcionamento daquilo que ele denomina de uma *linguagem primitiva*. Na relação entre pedreiro e servente, na construção de uma casa, o pedreiro profere palavras, como *lajota, tijolo, pedra*, e o servente executa uma série de ações para atender ao comando do pedreiro. Digamos que ele *desça uma escada, recolha o carrinho, vá até o monte de pedras, selecione as mais apropriadas para a tarefa, leve-as até a escada, transporte-as escada acima e as entregue ao pedreiro*. Vê-se que o servente desenvolveu um conjunto complexo de tarefas ao ouvir apenas uma palavra. O grau de elaboração lingüística é muito pequeno (o proferimento de palavras isoladas), considerando-se o conjunto de atividades, o teor das operações nelas envolvidas. Desse modo, a região de conflito já aparece, numa interpretação derivada do autor, ocupada pela linguagem, mas numa proporção ainda muito pequena em relação ao conjunto de atos que implica. Já não temos só um *linguagem de coisas*, como Swift pretendia, mas a nossa linguagem aqui ainda é uma *linguagem primitiva*.

Na *Teoria dos Atos de Fala*⁴, a partir dos seus autores mais representativos, podemos avaliar um outro estágio da relação entre *Linguagem e Realidade*. Trata-se de demonstrar como os componentes básicos de um *ato*, ou seja, a *força ilocucional* e a *proposição* expressam condições necessárias e suficientes para sua conversão apropriada em ações (*ordens, promessas,*

ameaças, avisos, declarações etc.). Numa extensão diferenciada da abordagem anterior, embora a Teoria assinale também uma preocupação com ações que serão realizadas, existe um investimento amplo na avaliação das condições lingüísticas que fazem uma ordem diferente de um pedido, ou uma promessa diferente de uma ameaça. Não podemos, em função do esforço teórico para se tentar definir padrões de ações com base em estruturas lingüísticas, equiparar a concepção de linguagem desta Teoria à de uma linguagem primitiva. Logo, a Teoria dos Atos de Fala demarca a região de conflito entre as duas categorias em questão com um destaque maior para a linguagem, do que o faz a proposta desenvolvida por Wittgenstein.

Finalmente, Saussure, ao formular a sua Teoria do Signo, retoma, como cenário histórico, a discussão desta mesma relação. Embora não se detenha numa avaliação dos "defeitos" da palavra, nem na sua conversão em ações, ele acaba por apontar dificuldades no outro extremo da questão, a coisa. Para ele, a sua presença torna-se um complicador adicional, quando pensamos na construção de um objeto de estudo para a Lingüística. O autor, no fundo, caminha numa direção oposta àquela de Swift, na medida em que recusa a coisa (a realidade), na formulação da sua Teoria: as relações entre os elementos que constituem o signo e a correlação entre eles representam o necessário para a instituição de um objeto de estudo autônomo para a Lingüística. Ao preconizar esta autonomia, recorta-se a região de disputa entre palavra e coisa de modo absolutamente distinto das propostas até agora avaliadas: aqui, o que se torna primitivo é o peso que se pode atribuir à realidade na emergência de objetos de significação, os quais passam a exigir, portanto, um formato elaborado de linguagem.

Ao procedermos a um recorte diferenciado entre Linguagem e Realidade, esse conjunto de fatos aqui lembrados, mesmo considerando outros desdobramentos de aspectos específicos que poderiam ser mencionados a partir da Teoria da Referência, seja na sua versão clássica (Frege, Carnap), seja na sua versão causal (Putnam, Kripke), implica uma das controvérsias mais agudas do problema. Trata-se de determinar, para a relação entre as duas categorias, um nexos de causalidade. Não pretendo aqui discutir maiores detalhes desta controvérsia, interessa-me mais especificar os aspectos de uma outra controvérsia, derivada da anterior, mas que dela se distancia, na medida em que retoma

esta relação em termos dos limites que a Realidade impõe à Linguagem, ou em termos das deficiências da Linguagem como instrumento adequado à expressão da Realidade. Esta controvérsia costuma dar origem a questões relativas ao indizível, lembradas na forma da existência de fatos inalcançáveis pela linguagem, de regiões onde a esta não é concedido o poder de operar. É sobre a análise de fatos conexos a estas formulações que estarei discorrendo nas seções seguintes.

2. O indizível e a dimensão formal do sistema

Uma série de indagações sobre a dizibilidade costuma ser levantada e, no geral, aponta em duas direções complementares: supostos limites que devam ser impostos a ela e a existência suposta de recortes da realidade que a linguagem não pode capturar. Questões como estas são formuladas sem uma especificação evidente do lugar onde pretendem intervir (na construção de teorias do sentido? nas interações lingüísticas vivenciadas pelos falantes? em características dos sistemas naturais? etc.). O contorno mais definido desta indagação costuma ser derivado da sétima proposição do *Tractatus*, de Wittgenstein. O autor, depois de propor, nas seis primeiras proposições, aquilo que representa uma certa explicação/construção lógica do universo, completa: "7. Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar." Não se trata aqui de uma exploração dos meandros de interpretação que dela poderiam ser derivados, o que exigiria uma contextualização muito extensa; interessa, entretanto, uma interpretação imediata que dela é feita, a partir do entendimento da pressuposição de que **HÁ COISAS SOBRE AS QUAIS NÃO SE PODE FALAR**. Apropriada ou inapropriadamente, costuma-se sustentar esta pressuposição, mesmo a despeito do fato de que ela não assegura a existência de algum "aquilo" sobre o qual "não se pode falar". A impressão que fica de uma tal colocação, nas circunstâncias em que é apresentada, é o fato de que, ao se demonstrar a construção lógica do universo, ainda restaria, de fato, alguma coisa a ser dita? Se as seis proposições iniciais encerram tudo aquilo de racional que o homem pode manipular/conhecer, restaria alguma coisa fora desse território?

Além do mais, todas as circunstâncias que costumam ser acionadas em favor do indizível, nunca nos esclarece tratar-se de limites do sistema formal da língua, ou de dificuldades de se

dar conta da relação sentido/referente, ou ainda de restrições cognitivas impostas aos falantes e, provavelmente, de muitas outras. Selecciono, especialmente, estas três, porque elas têm sido responsáveis por grande parte dos exemplos e das situações às quais o indizível comumente aparece associado e porque conseguem projetar três regiões, onde a questão pode ser avaliada, ou seja, linguagem-estrutura, linguagem-designação, linguagem-usuário. Vejamos, então, alguns parâmetros que lembram as três dimensões.

Esta primeira dimensão, linguagem-estrutura, foi amplamente discutida, a partir do primeiro livro de Chomsky. Com base nos tipos de Gramática ali inicialmente discutidos e depois ampliados em muitas outras circunstâncias, ficou evidente a situação, aparentemente paradoxal, em que um sistema formal finito era capaz de dar conta da infinitude das proposições de uma língua. Assim, um mecanismo finito (a gramática) contém instruções (regras de formação, de transformação etc.) capazes de enumerar um objeto infinito (a língua). Essa dificuldade tornou-se superável, em função dos mecanismos de recursividade que foram acoplados a estes sistemas formais.

Entretanto, esta solução tinha um alcance explanatório apenas em termos da relação entre *mecanismo finito* e *objeto infinito*, não justificando a compreensão de língua como um objeto infinito. Duas posições ficaram demarcadas com mais clareza: (a) uma língua é infinita, porque não existe a possibilidade de se impor qualquer limite ao *número de sentenças* que sua gramática pode gerar; (b) uma língua é infinita, porque não há qualquer limite que possa ser imposto ao *tamanho das suas sentenças*.

Sobre o primeiro postulado, levantam-se algumas dificuldades. Empiricamente, assegura-se que (a) não pode ser demonstrável, porque, se o fosse, isso implicaria o fato de podermos escrever todas as sentenças possíveis de uma língua; teoricamente (a) é paradoxal, pois, se o vocabulário de uma língua é finito (temporariamente considerado) e se ainda existem restrições para combinação entre seus elementos, então existe uma enumeração determinada (finita), em razão destas duas restrições. Na prática, a questão se resolve pela própria natureza dos instrumentos que são usados para descrever um tal objeto: então uma língua não pode ser finita, ou ter todas as suas sentenças empiricamente enumeradas, porque a qualquer estágio ulterior *n* de enumeração de suas estruturas poderíamos

acrescentar o estágio $n+1$ e assim sucessivamente. Teoricamente, a dificuldade é explicada por duas razões: uma referente ao conceito de *recursividade*, que possibilita a existência de slots de expansão em variados lugares de uma sentença e mais, que se abram slots de slots de slots⁵, indefinidamente; a outra, recorrendo-se ao postulado (b) acima: se, para a capacidade de expansão, não se pode estabelecer um limite, então não há limite pré-determinado para o *tamanho de uma sentença* e cada sentença de tamanho diferente (resultante da expansão) é uma nova sentença. Concluindo, podemos reunir os dois postulados num único: se, para cada sentença padrão de uma língua, podem ser abertos slots para inserção de outros elementos, se, para cada elemento introduzido, computa-se uma nova sentença e se não há limites para o número de inserções que possa ser feito (cf. postulado do *tamanho das sentenças*), então, uma língua é infinita em relação ao *número de sentenças*; (mas ela é infinita, também por ser infinito o *tamanho das sentenças* que nela, por princípio, podemos formular).

Que relação este fato mantém com o indizível ?

Será difícil supor o que, pela capacidade descrita das línguas, não possa ser dito: seja um dizer que vise apenas a detalhes de um objeto que a expansão de uma sentença poderá incorporar indefinidamente (em termos virtuais), seja pela originalidade de um objeto para o qual sempre haverá uma *nova* sentença capaz de expressá-lo. Então, se assumimos a validade infinita desse processo de produção das sentenças de uma língua natural, onde é que situaríamos a idéia de um indizível que não pudesse ser alcançado por ele ? Não penso que, no momento, dispomos de algum argumento mais elaborado para fazer frente a esta questão. Vejamos a outra dimensão de análise.

A segunda dimensão, *linguagem-designação*, supõe dificuldades em operar a relação sentido e referente. Grande parte da discussão, no interior da Filosofia Analítica, mostrou entaves com essa relação, mas não vamos aqui recuperar esses fatos no seu formato histórico-evolutivo, mas lembrar apenas detalhes que importam nesta discussão. Um dos aspectos que compensa ser lembrado aqui é a própria definição que Frege⁶ atribui a *sentido*, como *modo de apresentação dos objetos* (e de *percepção*, por inferência). Existem dificuldades com esta definição, mas ela, de algum modo, exhibe os limites, ainda que flutuantes, entre *sentido* e *referente*.

Assim, quando se recorta, de um lado, *linguagem* e, do outro, *realidade*, costuma-se fazer o *sentido* como mediação que tanto pode representar a passagem *realidade para linguagem*, como *linguagem para realidade*. Neste espaço, o *indizível* situa-se como alguma região dentro da *realidade*, isto é, um *mundo possível* qualquer, onde o *sentido* não penetra, não é capaz de intervir, isto é, supõe-se a existência de aspectos da *realidade* que a *linguagem* não pode alcançar e para os quais não pode prover uma forma de representação ou de descrição qualquer. Se uma hipótese sobre o *indizível* pode assim ser expressa, com certeza não conhecemos qualquer situação em que ela possa ser aplicável. Ainda que recorrêssemos a certos estados mentais, psíquicos para opor-se a esta hipótese, o próprio fato de fazê-los *indizíveis*, numa compreensão banal, já é uma forma de dizê-lo.

Essa preocupação resvala num outro tipo de percepção: o *indizível* costuma ser confundido com a disponibilidade momentânea de uma língua não dispor de termos imediatos para *batizar* um tal fenômeno. Deste fato, provavelmente, nenhum sistema lingüístico escapa: a ativação reiterada de princípios derivacionais, resultando em neologismos, pode ser uma comprovação. Todavia, uma hipótese assim esboçada está muito longe de representar a impossibilidade do sistema de dizer qualquer fato. Além do mais, empecilhos ocasionais não podem ser promovidos ao estatuto de fatos que venham a impor conclusões sobre a relação *linguagem/realidade* de forma tão definitiva. Se fatos como esse são relevantes, eles o são numa dimensão do contingente, mas nunca do necessário.

Nesta direção, podemos recorrer à existência de dois aspectos particulares afeitos a grande parte dos sistemas que conhecemos, os quais, de fato, se destacam: os *numerais* (ou *nomes de números*, como já foram chamados) e os *nomes de cores*. Ambos os conjuntos aproximam-se pelas propriedades formais constitutivas e distanciam-se pelas funções que exercem no campo da *designação*.

No caso dos *numerais*, se a série dos números naturais é infinita (num dos mundos possíveis para objetos da Matemática), também é infinita a possibilidade de dizê-los (*linguagem*), pois certamente não haveria número qualquer, por maior que fosse, para o qual não pudéssemos dispor de uma forma de nomeá-lo. Para todo número formulado, haveria sempre um *nome de número* possível de ser construído, a partir de regras de formação com

as quais o sistema está equipado. Nenhum dicionário, nenhum falante dispõe da totalidade dos *nomes* em questão: não existe listagem saturada dos números, existem procedimentos para criá-los, na medida das nossas necessidades. Então, mesmo para um conjunto de objetos para os quais temos uma forte intuição da sua infinitude, constatamos que a questão do *indizível* não pode ser admitida.

O segundo caso, *nomes de cores*, apresenta uma situação um tanto diversa. Houve um momento, na História da Linguística, em que se procurou, mediante a divisão do espectro solar, mostrar uma discrepância na percepção de cores e na forma de nomeá-las pelos diversos sistemas. Os relatos buscavam demonstrar que limitações no dizer as cores do arco-íris correspondiam a limitações na forma de sua percepção (e vice-versa). Interessa aqui um estágio mais recente desta discussão que invadiu o nosso dia-a-dia. Anuncia-se que há computadores capazes de processar cerca de quarenta milhões de cores (às vezes, a informação é mais sintética e assegura que esse número é infinito !). O que um fato desta natureza pode representar para o olho humano: um espectro solar com quarenta milhões de cores (ou com trinta, ou com vinte, ou com dez...)? Possivelmente, haveria muitos problemas para colocá-lo em prática, até mesmo pelas dificuldades operacionais que um contínuo com tal número de matizes possa representar, para alguém tentasse recortar unidades básicas. Por exemplo, ao revestir o piso de uma casa, o assentador pode selecionar, entre os tacos de peroba disponíveis, quatro conjuntos: um esbranquiçado, outro de um amarelo mais definido, outro de tacos rajados, e outro de tacos escurecidos. Esta separação que pretende aqui ser discreta, os cômodos são separados, não é alcançável na prática, porque entre um e outro conjunto haverá sempre elementos fronteiros (elementos cujo critério para pertinência a um ou a outro conjunto é indecível). Além do mais, no interior de cada conjunto, por mais uniforme que seja (já que não são peças obtidas através de material sintético), alguns milhões de cores estarão presentes e o assentador, por mais cuidadoso, tentando graduá-los, de um lado para o outro, numa escala *claro escuro*, ainda cometerá centenas de "erros", até mesmo por limitações de visão.

O que representa, portanto, esta dificuldade em lidar com cores de modo objetivo, quando transposta para a língua? Estaríamos avançando no território do *indizível* ?

Em contraste com os numerais, sabemos que o subsistema que organiza e gera nomes de cores é diversificado e não contém regras padronizadas explícitas para sua constituição. No geral, temos, em português, procedimentos que lembram os seguintes padrões de *nome de cor*: (a) posposição dos adjetivos do tipo *claro/escuro* aos *nomes de cor* - azul claro, vermelho escuro; (b) justaposição de dois *nomes de cor*, sendo o segundo acrescido do sufixo como "-ado" - verde azulado, marrom avermelhado; (c) acréscimo aos *nomes de cor* de outros termos gerais que (metafórica ou metonimicamente) lembram cores - roxo-bispo, verde-limão; (d) formas sintagmáticas ou derivacionais de intensificação dos *nomes de cor*, mediante elementos como "-íssimo", "muito" - muito azul, pretíssimo; (e) acréscimo ao termo "cor" de locuções atributivas (cujo núcleo representa objetos que exemplificam cores típicas) para formar *nomes de cor* - cor de grama, cor de sangue⁷.

Embora variados, esses processos são restritos para dar conta daquilo que possa representar, por exemplo, o conjunto de tonalidades que poderiam, dentro dos quarenta milhões, ser atribuíveis a uma cor básica qualquer. Além do mais, o trabalho de graduar estes *nomes de cor* numa escala para o azul seria impraticável. Vamos, por hipótese, supor que o português tivesse um sistema para gerar essa variação espectral, nos seguintes termos:

Regra 1: aumento da tonalidade:

(ESCURO_k... (ESCURO_j (ESCURO_i (azul))));

Regra 2: diminuição da tonalidade:

((((azul) CLARO_j) CLARO_i)... CLARO_k);

Para cada variação de ESCURO_{i,j,k} e para cada variação de CLARO_{i,j,k}, a língua disporia de um termo específico para falar da combinação, por exemplo, de azul com a combinação gradiente de CLARO₂₀₀ (ou ESCURO₃₀₀). Além do mais, qualquer combinação de ESCURO₂₀₀ (ou de CLARO₃₀₀) representaria passar a uma outra cor básica ou a uma tonalidade diversa de uma cor primária. Um

procedimento como este poderia dar conta, formalmente, daquilo que o computador calcula em termos cromáticos, mas tem muito pouca utilidade para os falantes de uma língua. Afinal, por que as cores teriam essa especificação e não teríamos uma semelhante para *cadeira, mesa, sapato etc.* ? Também estes objetos devem ser percebidos pela nossa atividade cognitiva como um contínuo, dentro da classe a que pertencem. Mas qual seria aqui o parâmetro de controle da gradação: *tamanho, cor, formato de alguma parte, material, etc.*? Embora a percepção possa ser feita a partir de uma multidão destes parâmetros, a sociedade acaba por selecionar alguns e torná-los mais operacionais, em relação a certos tipos de objetos particulares. Por exemplo, *sapato* destaca o *tamanho*, enquanto *mesa* pode selecionar *tamanho* ou *formato do tampo*, ou *material*, ou *cor*. Por sua vez, não ter um nome específico para representar *sapato* com *tamanho*, acrescenta muito pouco em termos de argumento em favor do indizível, considerando-se o funcionamento global de um sistema natural, que aciona outros mecanismos para suprir esse tipo de "falha". Assim, se as escalas cromáticas que um computador produz nos dão uma dimensão do indizível em função da impossibilidade de gerar *nomes de cor*, deveríamos supor também que, para quaisquer conjuntos de objetos, estaríamos diante do inominável, já que a língua dispõe de termos para falar de classe de objetos e não de objetos individuais. Entretanto, nada impede que venhamos a nos referir a uma tonalidade (ESCURO_{ni}, (marrom)) de uma *cadeira* particular por meio da expressão "O marrom desta cadeira aí perto de você." Aqui se trata de um objeto particular com sua cor de *marrom* específica (uma daquelas que pode ser indicada na gradação (ESCUROCLARO (marrom))), mas é certo que a localização dessa matriz só é possível por um recurso à visualização do objeto. Até aqui nada a estranhar, porque sabemos hoje que muitos aspectos da significação contam diretamente com a participação de órgãos como a visão.

Portanto, se esta dificuldade com *nomes de cores* específicas pode nos levar ao indizível, isso se dá por circunstâncias absolutamente triviais, porque compõe a própria natureza da linguagem o fato de que não há termos disponíveis para a individualidade dos fenômenos que encontraríamos na realidade; as idiosincrasias devem ser asseguradas por recursos diversos de que qualquer sistema natural dispõe. Todavia, se ao argumentar contra o indizível avançamos na direção do

inexprimível, em razão de uma causalidade estreita entre eles, seria importante lembrar a formulação de Searle sobre o *Princípio da Expressabilidade*, conforme desenvolveremos na seção seguinte.

A dimensão *linguagem-usuário* costuma apontar o indizível através da incapacidade de os falantes dizerem certas coisas. Ela está, de algum modo, associada a aspectos que já foram discutidos anteriormente. Além do mais, "ser incapaz" pode representar turbulências no processamento de sentenças, em função de falhas de memória, custo operacional muito longo (tipos de auto-encaixes, por exemplo) e, até mesmo, a "falta da fala" para processar certos fatos de ordem não material (alguém já lembrou que o indizível é o místico, ou algum tipo de "estado" equivalente).

Os argumentos que até agora foram usados para descartar outras hipóteses sobre o indizível se aplicam aqui também. O desejo de dizer do falante é sempre menor do que a disponibilidade do sistema²: se aquele pudesse alcançar este em extensão, o sistema seria esgotado. Então, em condições normais, todo falante está apto a capturar qualquer fenômeno da realidade (ou até mesmo de criá-los). De toda forma, é possível que certos "estados de espírito" não encontrem, em nossa língua (ou na forma que a conhecemos), um modo específico de denominação para falantes específicos. Mas o que impede a sua intertraduzibilidade? Não podemos traduzir um destes estados quaisquer por uma seqüência de frases que estão disponíveis? Aqui, portanto, a argumentação apenas reiteraria aqueles aspectos que já foram lembrados acima, mostrando a importância de preservar alguns argumentos que foram levantados contra a hipótese do indizível. Por último, seria importante frisar que certas defesas que são produzidas em favor do indizível o reduzem a uma mera impossibilidade contingente de dizer algo. Isso não é incorreto: a nossa experiência vivida na linguagem certamente o testemunha em muitas ocasiões. Mas não seria adequado que de um fato contingente como este viéssemos inferir o indizível, como restrição universal à linguagem. No fundo, estou sustentando a impossibilidade da existência fenômenos indizíveis, mas não da incapacidade temporal de dizê-los. Aquilo que não se consegue dizer hoje por contingência, pode vir a sê-lo amanhã.

Existe, portanto, um desafio muito grande: a dificuldade inerente de se fixar um padrão de limite para o dizível e assegurar

que, dali para frente, existe um território onde os *objetos* não podem ser acessados através do sentido, onde a linguagem não pode criá-los. Não sabemos se isso pode ser viável algum dia (não cabe aqui esse exercício de futurologia); sabemos, todavia, pelos argumentos que foram confrontados, que recorrer ao *indizível* para justificar hipóteses dessa natureza ainda ressoa como uma estratégia sem fundamentação, em termos dos fatos e argumentos disponíveis

3. O Indizível e a dimensão pragmática da linguagem

Da segunda controvérsia que acima apontamos, além das questões que já foram comentadas em três dimensões distintas, costumam-se derivar parâmetros que contrastam, em outras perspectivas, o *dizível* e o *indizível*. As dificuldades no trato da relação em análise costumam ser expressas, como vimos em parte dos argumentos levantados anteriormente, assegurando-se a existência de uma região onde a linguagem não pode penetrar. Haveria, de fato, condições de se impor à linguagem este limite? Que territórios são estes que barram a entrada da linguagem? Na seqüência, vamos avaliar alguns aspectos deste problema, mas, de antemão, já podemos assegurar que ele decorre até mesmo de uma compreensão equivocada do alcance e das possibilidades de funcionamento da linguagem.⁹

O primeiro aspecto da questão, portanto, traduz-se num princípio inerente à natureza da linguagem, isto é, o *falseamento da realidade*. O signo *mesa* serve para designar uma série incontável de objetos, ou seja, o conjunto da totalidade dos membros de uma classe. Com *mesa* posso me referir a objetos, com certas propriedades, que existem aqui ou em qualquer outro lugar do universo; e mais, aqueles que já existiram e muitos que passarão a existir a partir de agora. Sabemos, todavia, que o objeto *MESA* é singular, é único em cada circunstância que detectamos a sua existência. Então, o signo *mesa* diz muito pouco do objeto *MESA*, já que nada nos informa do material de sua fabricação, da cor do seu tampo, do seu estilo, do seu comprimento, da sua largura e de tantas outras propriedades que compõem necessariamente um objeto dessa classe. No entanto, este defeito aparente do signo esconde a sua maior virtude: a capacidade de designar objetos em qualquer *mundo possível* que viermos a conceber. Neste sentido, os signos, e o sistema que os

organiza, acabam por falsear a realidade, já que funcionam como simulacro de uma grande extensão de objetos diferenciados. Mas é assim que a linguagem humana funciona, com esse "defeito" original de fabricação.

Por outro lado, se o signo cadeira, por exemplo, não nos diz *tudo* de um objeto CADEIRA (na verdade, diz apenas o que pode ser reconhecido para qualquer membro desta classe), isso, entretanto, não nos impede de usar a linguagem para falar de *uma* CADEIRA singular: qualquer língua dispõe de recursos que nos permitem referências individuais. Quando digo *esta cadeira*, refiro-me a um objeto detectável em um único *mundo possível*, inconfundível, isolável na relação com todos os outros que compõem a classe. E faço isto sem recorrer a qualquer propriedade descritiva do objeto, mas apenas apontando-o. Ao contrário, se preciso de especificações conceituais, e não dêiticas como no caso anterior, posso arrolar um conjunto de adjetivos, de expressões capazes de indicar propriedades de um determinado objeto.

Se a linguagem, então, materializada na forma de uma língua particular, nos possibilita transitar da totalidade à singularidade, não podemos supor o indizível conectado com princípios que regem escalas de gradiência que vão do global ao local em qualquer sistema natural de signos. Um *signo genérico* ("general term") tem a função única de descrever *classes de objetos* e não *objetos singulares*; para designar membro(s) no interior de uma classe, qualquer língua fornece aos seus usuários recursos suplementares. Logo não há como reconhecer, em qualquer intervalo desta escala, uma possibilidade de se demarcar o indizível: entre *mesa* e *esta mesa*, os dois extremos desta gradiência, a língua nos fornece outros recursos (adjetivos, quantificadores, expressões definidas, nomes próprios) para cobrir estágios intermediários. Se qualquer dimensão cognoscível precisa ser racionalizada através de uma escala conceitual qualquer e se os sistemas naturais estão virtualmente aptos a saturar todos os pontos nesta escala, não podemos, então, buscar aqui qualquer argumento em favor da existência do indizível (já que se ele não pode ser dito, deve, ao menos, poder existir).

Um segundo aspecto, que costuma ser associado a fatos que lembram a ordem do indizível, diz respeito à impossibilidade circunstancial de se nomear certos objetos numa língua. A criação neológica tem, supostamente, a incumbência de corrigir essa

lacuna: quando dispomos de um objeto, de um conceito, para cuja nomeação signos não estejam disponíveis, acionamos regras lingüísticas para produzir esses signos, conforme já foi mencionado. O procedimento para recuperação da capacidade designativa de uma língua - a criação neológica - figura-se como um procedimento banal, automatizado na experiência de linguagem de qualquer falante. Penso, entretanto, que as línguas naturais oferecem outros recursos mais poderosos (mas primários) para cobrir acidentais falhas lexicais. Nenhum objeto, nenhum conceito resiste à designação, através de partículas como **isso**, **aquilo**. Para qualquer fenômeno, objeto, em qualquer circunstância espaço-temporal, sempre estará ao alcance dos falantes de uma língua partículas com esta função. Mas há conseqüências diferenciadas em termos do grau de informação assegurada, se contrastada esta possibilidade designativa (dêitica ou demonstrativa) com aquela vista anteriormente.

É claro que o uso de termos genéricos como **cadeira** já nos faz perder informação sobre os objetos que pretendemos alcançar; por outro lado, quando acionamos **isso** para designar um objeto qualquer, perdemos ainda muito mais informação. Os termos genéricos descrevem *classes de objetos*, isto é, especificam somente o *projeto* que aos membros dessa classe associamos: a **cadeira**, como classe, vinculamos o *projeto* de "*acomodar pessoas em determinada posição*". Com **isso** temos fatos distintos: ele não designa classe, a ele, portanto, não incorporamos nenhum *projeto*; mas ele especifica membro de classe, qualquer membro, de qualquer classe. Assim, embora **cadeira** e **isso** tenham um alcance referencial distinto, já que o primeiro tem o alcance da classe determinada e o segundo de um membro de classe, não existe uma contrapartida proporcional em termos do grau de informação que incorporam, considerando-se o teor já especificado desta distinção. Ainda que designando membro de classe, **isso** não nos diz *algo* desse objeto, a não ser o fato de situá-lo espacialmente no âmbito dos enunciadores. Todavia, tão logo **isso** seja usado para capturar objetos remotos para o meu dizer, torno-os aptos a um funcionamento racional, isto é, torno-os predicáveis, na mesma extensão que outros objetos conhecidos: **isso é aborrecido, isso é importante, isso cansa...**

Não vejo, pois, o que se pode situar na esfera da realidade, de um *mundo possível* qualquer, que configure a ordem do indizível. A predicação **ser indizível**, para ser logicamente válida

(falsa ou verdadeira), necessita pressupor a existência de um fenômeno qualquer, já que só podemos predicar sobre algo cuja existência seja, ao menos, pressuposta. Se uma tal situação se torna possível, então estamos demarcando a possibilidade de existência de algum tipo de fenômeno com o qual isso estará proibido de operar. Enfim, o que resiste, em qualquer realidade imaginável, ao poder demonstrativo de *isso*. Não vejo, pois, como tornar válidas hipóteses deste teor: estamos longe, no meu entendimento, de justificar racionalmente a presença do indizível em meio a fatos dessa natureza. Qualquer pretensão a validá-lo, nesse espaço, resultaria inconseqüente.

Um terceiro aspecto a ser lembrado aqui coloca em confronto, de modo mais sistemático, a idéia de *realidade* e a de *mundo possível*. Como a idéia do indizível poderia ser configurada nestas duas instâncias?

Se o indizível se "traduz" por algum fato da realidade (neste momento, estou considerando factível uma oposição entre *realidade* (o vivenciado) e *mundo possível* (o postulado)), então, em alguma circunstância, ele deve ser *compreensível*, ou *inteligível*, ou, ao menos, *intuível*. Como atividade cognitiva básica qualquer, o indizível, para chegar a ter este estatuto, precisa ser filtrado e concebível em alguma destas instâncias. Só posso admitir que algo assumo o estatuto de indizível, se antes já se tornou *cognoscível*; de outro modo, nem ao menos podemos dizê-lo indizível.¹⁰ E fazê-lo deste modo já é dizê-lo.

Se os fatos se passam desta forma, penso que estaremos retomando os dois outros aspectos já discutidos: se algo é dado ao conhecimento apenas pela *percepção*, pela *intuição*, numa instância que lembraria a *primeiridade* de Peirce, então, a designação *isso*, aquilo talvez fosse a mais apropriada. Assim, se, ao nível da *primeiridade*, o "conhecimento" se dá ainda de forma pouco elaborada, nada mais adequado supor que tais partículas representem com adequação esta forma de dizer. Quando desenvolvemos formas mais elaboradas do conhecimento, então precisamos *categorizar* os fenômenos; e *categorizá-los* significa, ao menos, definir um *domínio de pertinência* para eles, isto é, uma classe onde possam ser incluídos, um *projeto* que possam desempenhar. Aqui já pensaríamos num alcance para a *segundidade* de Peirce, uma vez que a possibilidade de inclusão numa classe implica a exclusão de outras; logo há confronto (*struggle*) entre as classes,

logo há confronto entre os *projetos*. Agora já podemos fazer uso de *termos genéricos*, porque, pelo fato de estarem associados a um *projeto*, também implicam formas de conhecimento mais elaboradas. Em resumo, podemos concluir que, se os fenômenos inclusos na ordem do indizível se aproximam da dimensão do vivenciado, então eles deixam de ter esta 'propriedade', na medida em que, até mesmo para modalidades mais primitivas do conhecimento, as línguas estão aptas a nos fornecerem estratégias adequadas para a sua designação.

Por outro lado, se o indizível não se reporta à realidade vivida, mas antes à criação de *mundos possíveis*, logo as restrições a lhe serem imputadas podem ser ainda mais decisivas, porque um *mundo possível* é, antes de tudo, uma possibilidade de dizer, isto é, uma possibilidade de racionalizar outras relações possíveis para os objetos, admitindo que sua presença venha a ser estruturada em outras dimensões. As duas posturas são antagônicas: enquanto a dimensão dos *mundos possíveis* implica uma condição ilimitada para a linguagem, já que é viável, através da fixação de índices, que os signos transitem de um mundo para o outro, na dimensão do indizível pretende-se um limite para a linguagem, já que se concebem regiões onde ela não pode avançar. Do ponto de vista lógico, o indizível, para ser validado, precisa impor limites para a construção de *mundos possíveis*, ou seja, é necessário que ao menos um mundo possível não possa ser *logicamente* construído (ou que contenha objetos que não possam ser nomeados). Aqui, todavia, emerge uma contradição: este mundo, que não é logicamente válido, deve existir e, como tal, conter fenômenos, objetos que não podem ser nomeados, porque aí a linguagem deve ser impedida de operar. Assim, o indizível para tornar-se viável, nas circunstâncias em questão, precisa rejeitar as condições que tornam possíveis a construção lógica de um mundo: a linguagem. Em outras palavras, para que indizível seja válido, precisamos destruir as condições de *dizibilidade* que o tornariam *dizível*. Não estaríamos aqui diante de uma aporia" que anularia toda argumentação a seu favor?

Podemos concluir, portanto, que, se do ponto de vista da *realidade vivida* torna-se improvável aceitar hipóteses sobre o indizível, já que as duas formas de designação mencionadas anulam pretensões neste sentido, do ponto de vista dos *mundos possíveis* essa pretensão transforma-se numa impossibilidade, já que estes precisam ser fundamentados a partir de um modelo de

racionalidade qualquer e, até o momento, não sabemos de uma construção racional, qualquer que seja, que exclua a linguagem. Logo se o indizível está em algum lugar, este deve ser um lugar logicamente impossível, pois ali, ao menos para casos locais, a linguagem não pode operar.

4. O Indizível e o princípio da expressabilidade

Na seção anterior fizemos um confronto de uma hipótese do indizível diante de certos aspectos do funcionamento da linguagem, de modo mais específico na sua função designativa. Aqui, vamos comentar um aspecto complementar desta reflexão, procurando confrontar o indizível com o *princípio da expressabilidade*, na forma como foi proposta por Searle¹².

*"Podemos formular este princípio dizendo que para toda a significação X, e para todo o locutor L, cada vez que L quer dizer (tem a intenção de transmitir, deseja comunicar numa enunciação, etc.) X, é possível haver uma expressão E, tal que E seja uma expressão exacta, ou uma formulação de X. Simbolicamente: (L) (X) (L quer dizer P (E) (E é uma expressão exacta de X))."*¹³

Segundo o princípio acima, numa versão menos formal, *"tudo o que se quer dizer pode ser dito"*, o que para o autor não implica gerar um compromisso recíproco de que *tudo o que é dito possa ser compreensível*, isto é, o *princípio da expressabilidade* não implica um princípio de compreensibilidade correspondente, ainda que isso, num processo interlocutivo, seja desejável.¹⁴

Então, para Searle, a intenção de dizer X pode ser alcançada pela existência de uma expressão E, que seja suficiente para expressar X. Uma restrição a ser imposta a este *Princípio* é a necessidade de que, qualquer que seja a expressão E, ela precisa ser naturalizada pela língua em questão. Daqui destaco dois fatores: a *intenção* de dizer e a possibilidade de fazê-lo *adequadamente*. Assim, a idéia de *intenção de dizer* não pode ser reduzida a *uma forma de dizê-lo* em alguma instância particular. Muitos conteúdos aqui foram expressos e reexpressos por diversas vezes, mas nem por isso a última forma de dizê-lo é a mais apropriada.

Desta maneira, como princípio, ele não tem o caráter regulativo para limites da nossa fala, pois, de um modo geral, *dizemos mais do que falamos* e ainda *queremos dizer muito mais do que realmente dizemos*. Nenhum desses descompassos entre

instâncias enunciativas (*falar < dizer e dizer < querer dizer*) representa dificuldades que venham anular o *princípio da expressabilidade*, já que ele estipula uma possibilidade de sempre se alcançar uma expressão que seja a expressão exata do meu *querer dizer*. O meu *desejo* de dizer algo não se esgota na forma que escolho para fazê-lo: sempre haverá sobras e mais sobras deste *desejo*, mas também sempre haverá *formas de dizer* um pouco mais este desejo e ainda mais. É neste recorte que podemos entender a idéia da *expressão exata* acima: trata-se de uma exatidão (validada ou não) na circunstância do processo enunciativo. Se salto de uma enunciação para outra, também a natureza da minha *-expressão exata* deve estar sujeita a alterações.

Searle não formulou esse *princípio*, voltado para as preocupações que estamos discutindo aqui, mas é claro que a perspectiva colocada pelo princípio toca diretamente à questão do *indizível* no seu contraste com *mundos possíveis*. Seria o caso, então, de se supor que as sobras virtuais, num processo enunciativo, viessem a definir uma região para o *indizível*. Suponho ser inadequada uma argumentação desta natureza pelo fato de sugerir a existência de um patamar onde as sobras seriam definitivas e onde o *Princípio da Expressabilidade* estaria impossibilitado de operar. A este fato podemos acrescentar também a possibilidade de que sobras remanescentes sejam decorrentes, até mesmo, de estratégias enunciativas assumidas pelos interlocutores

Se, de outro lado, ao *Princípio* pudermos aplicar um alcance universal, já que uma restrição a isso exigiria de nós descobrir situações para as quais não pudéssemos obter uma expressão adequada (adequada como circunstancialmente possível para um intervalo de tempo determinado), então ele se torna incompatível com o *indizível*. Enquanto este projeta fenômenos para os quais não dispomos de expressões lingüísticas capazes de expressá-los, aquele estipula que, entre o nosso *desejo* de dizer e a língua, não existe nenhum vazio definitivo, mas apenas circunstancial. A existência de um vazio nesta relação é que, de fato, poderia configurar o *indizível*. Isso, certamente, não invalida o fato de que possamos ter dificuldades para expressar certos fenômenos, certos estados mentais, em momentos determinados, etc. Há dificuldades que estão associadas a lapsos de memória, a descontroles lingüísticos das formas mais variadas. Tudo isto,

porém, como o próprio autor reconhece, é “*um fato contingente e não uma verdade necessária*”, que possa ser associado à linguagem. Se existe algum vazio, ele não está no intervalo entre a língua e o desejo de dizer, mas é anterior a este desejo, já que neste intervalo estamos sempre aptos a buscar expressões que sejam *uma expressão verdadeira do nosso desejo*. Resta, então, determinar o que pode ser anterior ao desejo que muitos se apressam a chamar de indizível .

5. Conclusão

Procurei neste texto desenvolver alguns argumentos que, no meu entendimento, servem de contraponto à questão do indizível. É claro que parte dos argumentos levantados tem um certo teor reflexivo, orientado para questões gerais sobre o funcionamento das línguas, devido à razão inicial que motiva esta discussão, isto é, a relação entre **Linguagem e Realidade**. Há outras dimensões e especificações, a partir das quais a questão poderia também ser abordada. O que aponta, entretanto, esta orientação especulativo-argumentativa é também a forma pela qual a própria questão costuma ser colocada. Assim, especula-se muito em torno do indizível, mas os argumentos que procuram fundamentar essa afeição são, no geral, escassos e muito pouco desenvolvidos. Gostaria de lembrar um desses argumentos, comumente levantado e que foi esporadicamente lembrado ao longo do texto..

É comum afirmar-se que o indizível estaria associado a certos *estados mentais*, de êxtase, de profunda concentração, de arrebatamento etc. Tal tipo de referência, de suposição poderia escapar aos argumentos que foram até agora levantados ?

Vamos supor dois desses estados mentais comuns no nosso dia-a-dia: um estado orientado para a **alegria**, o outro para a **tristeza**. É claro que *intensidade, frequência, duração, causas, conseqüências* que podem ser associadas a cada um desses estados são, de regra, variáveis. Nem o uso de **alegria**, nem o de **tristeza** asseguram aspectos da matriz que configura valores distintos no seu uso (da mesma forma que usar o signo *mesa* não garante nada sobre as propriedades de um dado objeto que este signo recobre). À maneira dos termos genéricos, então, aqui também poderíamos aplicar formas de restrição (**alegria intensa, tristeza diária, alegria persistente**) para demonstrar estados

cada vez mais específicos. Enfim, todas as possibilidades que a língua nos oferece para passar da designação de *classe de objetos* para *objetos singulares* podem ser implementadas também com termos qualificativos como estes aqui mencionados, a saber, podemos passar de *estados genéricos* para *estados singulares*. Todavia, as pessoas afetadas a quaisquer destes estados poderão ainda registrar, de forma muito econômica, a singularidade de um deles: **alegria que sinto aqui agora, ou tristeza que enfrentei durante sua viagem.**

O indizível, então, costuma ser postulado para demarcar *estados mentais*, onde nem a expectativa de *dor*, nem a de *júbilo* fossem evidentes (e nenhuma outra decodificação imediata - *cansaço, pressa, raiva...*). Entretanto, à maneira do que já vimos anteriormente, nada impede que se diga **isso que sinto aqui agora, ou aquilo que enfrentei durante sua viagem**. É claro que **isso** e **aquilo**, mais uma vez, não informam sobre propriedades dos estados em questão, mas já representam uma forma de dizê-lo e de ajustar os objetos que representam para futuras predicções, ou seja, nada impede que se continue especificando o estado geral caracterizado (**isso que sinto aqui agora me dá um sensação de paz....**).

Em resumo, argumentos desta natureza enfrentam as mesmas dificuldades que já foram anteriormente mencionadas: eles são formulados desconhecendo certos aspectos de funcionamento de uma língua, desconhecendo a diversificação potencial que está associada aos seus processos de designação. A língua não funciona de modo uniforme diante dos fatos da realidade que através dela precisamos dar conta. É sensato, então, reconhecer que a linguagem recorta a realidade de forma diferenciada; às vezes diz mais, às vezes diz menos; ora diz pouco, ora diz muito. E sensato supor, contudo, que ela possa deixar de dizê-lo, que ela seja impedida de dizê-lo, por necessidade ?

Notas

¹Texto formulado para discussão no Colóquio Interdisciplinar - *A Psicanálise perante 4 saberes: Física Quântica, Filosofia, Imunobiologia e Lingüística*, organizado por Alexandre Simões Ribeiro e Manfred Weissmann, realizado nos dias 10 e 11 de maio de 1995, em Belo Horizonte.

- ²SWIFT, J. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Abril Cultural, 1971. p. 171-2.
- ³WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 10.
- ⁴AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987 e SEARLE, J.R. *Actos de Fala*. Coimbra: Almedina, 1981.
- ⁵Podemos justificar este esquema do seguinte modo: D_1 : O menino [slot] pegou o passarinho [slot] D_2 : O menino que estava na fazenda [slot] pegou o passarinho que fugiu da gaiola [slot] D_3 : O menino que estava na fazenda do seu avô [slot] pegou o passarinho que fugiu da gaiola de bambu [slot]. D_{n+1}
 D_{n+2} ...
- ⁶ GOTTLOB, Frege. Sobre o sentido e a referência. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ⁷ Não estou destacando aqui comparações/atribuições como "Ele é vermelho como pimentão" "Morena cor de jambo", "Morena cor de canela", porque, ou se trata de uma função intensificadora (vermelho como pimentão = muito vermelho), conforme (d), mas que pode vir a ser (c) (vermelho-pimentão); ou se trata de acréscimos metafóricos ou metonímicos (moreno-jambo, moreno-canela), conforme (c). Quanto a "cor-de-rosa", segue o padrão de (e), embora tendo já um valor de sintagma cristalizado na língua.
- ⁸Quando Chomsky formulou a idéia de um falante/ouvinte ideal ele o fez coincidir com o sistema. O falante ideal não pode ser menor do que o sistema (pois deixaria de ser ideal) e não pode ser maior (pois deixaria de ser falante), já que só concebemos falante no interior do sistema.
- ⁹Parte dos argumentos sobre a idéia dos numerais e das cores, aqui relatada, já foi apresentada no texto *Aspectos da Produção do Sentido*, de 1993.
- ¹⁰É claro que dizer que algo é indizível, de certa forma, é contraditório, porque denominar algo de *indizível* já é, certamente, uma forma de dizê-lo. Podemos evitar este

paradoxo, afirmando dois níveis de linguagem distintos: dizer (metalinguagem) o indizível (linguagem objeto).

¹¹Poderíamos resumir essa aporia da seguinte forma: *algo para ser indizível impõe que as suas condições de dizibilidade sejam antes destruídas. Se elas são destruídas, não há, portanto, condições para dizê-lo.*

¹²Uma análise mais detalhada deste *Princípio* pode ser encontrada em SEARLE, J. *Actos de Fala*. Coimbra: Almedina, 1981. p.30 e ss.

¹³ SEARLE, J. op. cit. p.30-1.

¹⁴Ao eliminar este compromisso biunívoco entre o *princípio da expressabilidade* e um "*princípio da compreensibilidade*", o autor "libera" a capacidade interpretativa dos falantes, já que nenhuma compreensão precisa ser a priori assegurada pela expressão.